

Conselho Municipal de Políticas Sobre Droga – COMAD

Ata nº 01/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas

11/02/2025

Ao décimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, aconteceu a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – COMAD, de forma presencial. Estavam presentes os (as) seguintes conselheiros (as): Grasiela Deboita Gregório (Secretaria Municipal de Saúde); Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação); Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social); Mariane Martins Pescador (Procuradoria-geral do Município); Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club); Manoel Rozeng (Lions Club); Wagner dos Santos (Federação de Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina – FECOTESC); Rocheli Schaucoski Gonçalves (Bairro da Juventude). O Presidente Manoel Rozeng iniciou a reunião após a verificação do quórum, saudou os presentes e deu início aos pontos de pauta. Em seguida, realizou a leitura da ata nº 04/2024/COMAD. Durante a reunião, a conselheira Carla Fernanda Medeiros Febel (representante da Secretaria Municipal de Educação) questionou quem atualmente ocupa a presidência do Conselho. O Presidente respondeu: “Eu sou o Presidente, e a Vice-Presidente é a Grasiela. Como eu estava na Câmara, deixei ela no meu lugar até agora.” Carla também indagou sobre a Lei mencionada na ata nº 04/2024/COMAD. O Presidente esclareceu: “Trata-se da Lei que atualiza a legislação do COMAD, que institui o Conselho. A Lei vigente foi aprovada em 2005, atualizada etal. Depois, em 2019, houve uma mudança política (de drogas) e aí agente...e termos também, conceitos que foram modificados, então a gente estava tentando atualizar a lei. Só que eu não acompanhei a discussão porque eu estava na câmara e eu não podia, aí eu vi que a lei ficou bastante desfalcada e traz alguns artigos que , por exemplo, quem é profissional da área gera conflitos para participar do conselho. A Carla não poderia participar porque ela é psicóloga. Quem não poderia participar aqui..Carla interrompeu a fala do presidente alegando que “eu não entendi dessa forma, eu entendi se tivesse vínculo a questão de drogas, não é? Outra conselheira presente disse “eu não li o artigo, mas eu entendi que seria mais questão de organizações que atuem na (não concluiu). O presidente Manoel, passou a ler o artigo na íntegra: “Não poderão participar da diretoria os membros que sejam sócios, acionistas, ou interessado de qualquer forma, e ser prestador de serviço com ou sem vínculo empregatício”, então não tem a ver com a entidade aqui. Carla disse que continuou tendo o mesmo entendimento. A psicóloga representante do Bairro da Juventude, Rocheli Gonçalves, colocou seu entendimento sobre o referido artigo, “eu trabalho muito em situação de vulnerabilidade social, atendo também pais de famílias, que são denominados disciplina e a gente tem que

fazer as intervenções. Então, muitas das vezes trabalhamos com a prevenção, porque nós estamos na ponta. E eu entendi dessa forma, então, no caso... ah.. se eu for presidente vai ter conflito, porque ... Rocheli foi interrompida por outra conselheira que perguntou se tínhamos o projeto de lei em mãos pra ler o artigo. O presidente Manoel respondeu que não tinha porque o mesmo estaria com a conselheira Grasiela, mas ela comunicou que se atrasaria para a reunião e acabou não trazendo consigo. O conselheiro Francisco sugeriu que fosse lido o arquivo que estaria no computador, mas o mesmo não estava acessível. O conselheiro Wagner, representado a Fecotesc, percebeu que alguns conselheiros que haviam participado das discussões, não se encontravam na presente reunião. Por isso, sugeriu que todos deveriam estar presentes na próxima reunião para melhor debater o projeto. O presidente citou também que o projeto exclui o Sistema Municipal. Segundo o presidente, não tem com excluir o Sistema. O Conselho tem seu papel bem específico, né. Ele vai discutir e deliberar sobre aquilo que for apresentado, né. Então, por exemplo, hoje a gente que fazer um fórum, nós vamos trazer o Sistema pra discutir. O presidente também ressaltou sobre uma emenda que apresentou conseguindo sua aprovação na câmara, destinando R\$100.000,00 para o Fundo Municipal sobre Drogas, instituído pela Lei nº2888/93, mas que até o presente momento se quer foi ativado. Segundo o presidente Manoel, precisamos mudar isso. O conselho precisa ter uma posição mais independente para o é papel do Conselho “nosso papel é defender a causa”. O Presidente sugeriu a proposta de voltar a se candidatar novamente para presidente do Conselho, pois o governo assumiu desde o início haja vista a impossibilidade do presidente Manoel receber comunicado que o mesmo não poderia assumir por estar impedido pela função de vereador, retomando apenas neste último mês. Com isso, se prevalecer o acordo realizado pelas gestões anteriores, o governo assumiria pela terceira vez consecutiva a presidência do Conselho. Além disso, mencionou ter realizado visitas a diversas cidades e países relevantes em políticas de álcool, outras drogas e outras dependências, pautando as discussões neste Conselho para os próximos dois anos. A conselheira Carla tomou a palavra para abordar a educação, destacando um projeto sugerido pelo presidente Manoel, iniciado no ano passado. O projeto contou com uma campanha interdisciplinar envolvendo todos os alunos do 9º ano, com o objetivo de conscientizá-los sobre os malefícios do cigarro eletrônico. Com foco principal da iniciativa é a educação e a prevenção entre alunos e crianças. Passando a palavra à Vice-Presidente Grasiela Deboita Gregório (Secretaria Municipal de Saúde), ela abordou o Projeto de Lei concluído no ano passado, onde foi formado uma comissão para discutir e estruturar o projeto de forma mais detalhada. Assim sendo encaminhado aos conselheiros e agora será enviado à Procuradoria para análise e possíveis ajustes. Grasiela também informou que o Promotor orientou o encaminhamento do Projeto de Lei à Secretaria de Fazenda, responsável pela reativação da conta do conselho. A conselheira destacou que, caso existissem políticas públicas que incluíssem as comunidades terapêuticas de forma integrada, haveria melhorias significativas, ressaltando que essa é uma responsabilidade do conselho. O presidente Manoel enfatizou que todas as entidades, sejam governamentais ou não, devem participar da eleição para a escolha da Presidência do Conselho, sugerindo a realização de uma votação durante a reunião para essa decisão. Em resposta à conselheira Carla, o presidente mencionou que os membros do Conselho não podem ser remunerado. Que, a rigor, está em desacordo com o que diz a lei, pois as reuniões acontecem durante o horário de trabalho dos servidores. O mesmo não acontece com representantes das ONGs, são

inteiramente voluntários. Comentou que o horário adaptado para os servidores públicos participarem das reuniões, impedem, muitas vezes que os voluntários participem das reuniões já que se encontram em horário de trabalho. Além disso, ressaltou que a legislação vigente já contempla todos os fundos e propostas do projeto em discussão. Após a discussão entre os conselheiros, decidiu-se realizar uma votação entre os presentes para definir o encaminhamento do Projeto de Lei à Procuradoria e à Fazenda. Ficou acordado que o projeto será revisado na próxima reunião antes de seu encaminhamento. E assim sem mais a ser tratado, deu por encerrada a reunião, e eu, Carol Castro Brito, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Grasiela Deboita Gregório (Secretaria Municipal de Saúde);

Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação);

Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social);

Mariane Martins Pescador (Procuradoria-geral do Município);

Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club);

Manoel Rozeng (Lions Club);

Wagner dos Santos (Federação de Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina – FECOTESC);

Rocheli Schaucoski Gonçalves (Bairro da Juventude).